

A arquitetura do Colégio Sant'Ana: a proposta de Georg Przyrembel para uma escola em Ponta Grossa (PR)

usjt

arq.urb

número 39 | abr - dez de 2024

Recebido: 31/08/2023

Aceito: 11/09/2024

DOI: [10.37916/arq.urb.vi39.690](https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi39.690)

The architecture of Colégio Sant'Ana: Georg Przyrembel's proposal for a school in Ponta Grossa (PR)

Gabriela Kratsch Sgarbossa*

*Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil, gabriela.sgarbossa@hotmail.com



Palavras-chave:

Arquitetura escolar.
Neocolonial.
Modernização.

Keywords:

School architecture.
Neocolonial.
Modernization.

Resumo

A expressão da arquitetura neocolonial é desenvolvida no Brasil durante as primeiras décadas do século XX, como resposta à modernização da sociedade e valorização de uma identidade nacional. A linguagem foi adotada pela sociedade, assumindo importância na elaboração de projetos de arquitetura escolar, que reforçavam o ideal de desenvolvimento, mas de maneira conservadora. Desta maneira, o objetivo deste artigo é analisar o projeto do Colégio Sant'Ana, localizado em Ponta Grossa, que atende aos princípios da arquitetura neocolonial. O projeto foi elaborado pelo arquiteto Georg Przyrembel, reconhecido por ser um dos dois arquitetos que expôs na Semana de Arte Moderna de 1922. O arquiteto elaborou muitos projetos para ordens religiosas, um deles o colégio citado. Assim, os métodos utilizados para esse trabalho se basearam no levantamento bibliográfico para construção de um referencial teórico e na análise de documentos, para identificação da arquitetura proposta por Przyrembel. Apesar de identificado como arquitetura neocolonial, o projeto possui elementos diluídos, próprios para uma arquitetura elaborada já no final da expressão e para uma cidade de pequeno porte no interior do estado. A linguagem adotada também se associa ao ideal cristão da congregação que contratou o projeto, demonstrando os ideais de ordem e disciplina.

Abstract

The expression of neocolonial architecture was developed in Brazil during the first decades of the 20th century, as a response to the modernization of society and the search for the enhancement of a national identity. The architectural language was adopted by society, assuming importance in the elaboration of school architecture projects, which aimed to reinforce the ideal of development, but in a conservative way. The objective of this article is to analyze the design of Colégio Sant'Ana, located in Ponta Grossa, which meets the principles of neocolonial architecture. The project was designed by Georg Przyrembel, recognized for being one of the two architects who exhibited at the Modern Art Week in 1922. Thereby, the methods used for this work were based on the bibliographical survey for the development of a theoretical framework and on the analysis of documents, to identify the architecture proposed by Przyrembel. Despite being identified as neocolonial architecture, the project has diluted elements, suitable for an architecture elaborated at the end of the expression and for a small city in the interior of the state. The adopted language is also associated with the Christian ideal of the congregation that contracted the project, demonstrating the ideals of order and discipline.

Introdução

A linguagem da arquitetura neocolonial é caracterizada pela reinterpretação de elementos do vocabulário da arquitetura colonial brasileira, como janelas, portas e outras aberturas com verga em arco abatido, sobrevergas ornamentais, telhados com uso de telhas tipo capa e canal, painéis de azulejos, colunas torças, pinhas, frontões arqueados, entre outros. Inicialmente sua aplicação ocorreu em residências para a elite, nas primeiras décadas do século XX, sendo rapidamente adotada em edifícios públicos e em residências para a classe média, o que popularizou o estilo, que possui exemplares de maior ou menor complexidade por inúmeras cidades brasileiras.

Tal expressão inicialmente se apresenta como um movimento de vanguarda, representando no contexto da primeira república a oposição à influência europeia que havia dominado o cenário cultural brasileiro nos tempos do império (LIMA CARLOS, 2019). No contexto político e cultural da época, a busca pela modernidade caminhava junto com a busca da construção de uma identidade legitimamente brasileira, sendo que essa condição é reforçada pela proximidade do primeiro centenário da Independência. Assim, ocorre o resgate de elementos estéticos do período colonial, com a intenção de se produzir uma nova linguagem nacionalista, de uma maneira um tanto contraditória, pois buscava a modernidade, olhando para um passado distante (LEMOS, 1985).

O movimento é pioneiro em reconhecer e valorizar a arte colonial, que durante o século XIX passou por um período de apagamento, sendo entendido como primitivo e retrógrado. Também possui muita aceitação pela sociedade, tendo seus princípios compositivos adotados para uma grande variedade de tipologias de edifícios, desde os mais complexos, como hospitais e escolas até os mais simples, como residências, especialmente aquelas de padrão popular, que mesmo com a simplificação dos elementos, conseguem reproduzir a caracterização da linguagem. (PEIXOTO, 2022).

Contudo, o movimento que se inicia com a revalorização da memória brasileira para criar uma identidade nacional legítima, logo assume contornos xenófobos, ao se posicionar contrário a importação da arquitetura dos imigrantes, que passavam a transformar a paisagem das principais cidades da época. Paralelamente, a ascensão do movimento modernista ocorre em um momento próximo, e esses novos

arquitetos começam a ocupar diversos espaços, tanto como projetistas, gestores e especialmente professores e pesquisadores. Isso contribui para que a escrita da história da arquitetura seja elaborada por esses profissionais, o que contribui para que haja o apagamento da importância da arquitetura neocolonial, mesmo que à época obtivessem bastante destaque (PEIXOTO, 2022).

Peixoto (2022) aponta que um estudo mais sistematizado sobre as obras do movimento neocolonial se inicia na primeira década do século XXI, com a quantidade de trabalhos aumentando progressivamente ao longo dos anos. Porém, reforça a necessidade de maior compreensão da linguagem. Neste sentido, a proposta deste trabalho visa contribuir com essa lacuna, ao se propor a analisar as características neocoloniais presentes na sede do Colégio Sant'Ana, localizado na cidade de Ponta Grossa, no Paraná.

A instituição é uma das mais antigas voltadas para a educação no município. Iniciou as suas atividades nos anos iniciais do século XX, voltada principalmente para a educação de meninas, filhas de imigrantes alemães e poloneses. A escola contribuiu com a formação de inúmeras gerações de pontagrossenses e ocupou diversos edifícios na região central da cidade, até a construção de sua sede atual, na década de 1950, motivado pela modernização dos modelos educacionais e enriquecimento vivenciado pela cidade. O projeto do edifício é assinado pelo arquiteto polonês naturalizado brasileiro, Georg Przyrembel, e, devido à sua importância, é tombado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC, 2016).

Esse artigo é um dos resultados obtidos em um projeto de pesquisa realizado no acervo de projetos arquitetônicos na Casa da Memória da cidade de Ponta Grossa. A investigação desenvolvida durante o ano de 2022 envolveu o levantamento das tipologias arquitetônicas de caráter eclético registradas no município entre os anos de 1915 e 1940. Apesar de o edifício em questão estar fora do escopo proposto inicialmente, sua inclusão e posterior análise se deu pelo reconhecimento do nome do responsável técnico, especialmente pela sua participação em eventos nacionais de grande magnitude, especialmente a Semana de Arte Moderna de 1922.

O edifício possui configuração imponente na paisagem e se constitui como uma manifestação tardia do neocolonial. Porém, tal condição evidencia o ideal de “modernização conservadora” discutida pelos críticos da linguagem, já que um colégio

de caráter cristão, apoiado na “moral e nos bons costumes”, localizado em uma cidade ainda provinciana, dificilmente utilizaria uma linguagem mais radical para a construção de sua sede. A participação do supracitado arquiteto também se evidencia como um ponto de interesse, já que este foi responsável por obras de significativa importância, porém, poucos trabalhos acadêmicos revelam seus feitos de uma maneira aprofundada.

Deste modo, a fim de cumprir os objetivos propostos por esse trabalho, os métodos utilizados se dividem em teóricos e empíricos, sendo que o primeiro objetiva a construção do arcabouço teórico, e envolveu a leitura e análise de livros e trabalhos acadêmicos relacionados ao desenvolvimento da linguagem da arquitetura neocolonial no Brasil, seus principais expoentes e a relação desta expressão com o projeto de edifícios escolares. No segundo momento, o enfoque se direciona para a edificação, e, a partir de levantamentos nos arquivos documentais, fotográficos e de projetos arquitetônicos da Casa da Memória do município, foi possível elaborar o histórico da instituição e a análise arquitetônica do edifício em questão.

O Neocolonial como expressão da brasilidade

Durante os anos de 1920, a sociedade brasileira passa a experimentar de maneira mais profunda as transformações oportunizadas pela industrialização europeia. O grande contingente de imigrantes chegados ao país a partir da abertura dos portos, e a sensação de otimismo vivenciado no mundo todo após a Primeira Guerra Mundial, leva a uma transformação no modo da população agir, pensar e consumir. Inovações tecnológicas são incorporadas na construção civil, o que modifica a paisagem das cidades brasileiras e favorece o sentido de urbanidade.

Neste momento, diversas tendências arquitetônicas ocorrem pelo Brasil, a linguagem eclética é considerada a marca da República, adotada especialmente em edifícios públicos e nas casas das classes dominantes, inclusive por aquelas famílias de origem estrangeira que buscavam assinalar a sua origem pela ornamentação de seus edifícios (LEMOS, 1987). Com o tempo, esse modelo passa a incorporar novos elementos compositivos, o que gera uma arquitetura mais elaborada, com feições art nouveau, especialmente pela aplicação de gradis, guarda-corpos e marquises metálicas, de confecção europeia, e influências ditas “normandas”, em composições com telhados inclinados e elementos de madeira ou argamassa pintada que

imitavam a técnica Enxaimel (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2015).

Paralelamente, nos anos antecedentes à 1920, começa a surgir no país um sentimento de nacionalismo, motivado tanto pelas tendências europeias, quanto pelo centenário da Independência, que se aproximava. Assim, a ideia de modernidade e nacionalismo são entendidas praticamente como sinônimos, e o passado colonial brasileiro é utilizado como referência para o estabelecimento de uma nova expressão artística, que fosse legitimamente brasileira (KESSEL, 2002). Carlos Lemos (1985) reforça que esse modelo é contraditório, pois busca o futuro, mas tem o passado como referência.

Os primeiros discursos que defendem essa influência passadista na arquitetura remontam ao ano de 1914, por uma conferência proferida em São Paulo, pelo engenheiro português Ricardo Severo, na Sociedade Cultura Artística denominada “A Arte Tradicional do Brasil” (SEGAWA, 2018). Em Portugal, desenvolve pesquisas sobre a formação cultural lusitana e observa as transformações tecnológicas da arquitetura portuguesa na virada do século XIX e XX e entende que a tradição deve ser a resposta estilística para essas mudanças. Severo vem ao Brasil em dois momentos, sendo a primeira vez em 1891, regressa à terra natal em 1895, e retorna definitivamente em 1908, quando se associa ao Escritório Técnico Ramos de Azevedo (KESSEL, 2002).

Entre 1915 e 1920 a linguagem passa a ser aplicada, tendo a produção resumida a algumas residências para a elite em bairros nobres da capital e do litoral paulista. Assim, essas obras são estabelecidas como um produto cultural erudito, discutido nos círculos do Liceu de Artes e Ofícios, do Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Sociedade Cultura Artística e publicações como o jornal O Estado de São Paulo e a Revista do Brasil. Neste ponto, destaca-se que os primeiros arquitetos a elaborarem projetos neocoloniais são estrangeiros, como Victor Dubugras, de origem francesa, Georg Przyrembel, de origem polonesa, e o próprio Ricardo Severo (KESSEL, 2002).

As primeiras residências construídas dentro desta linguagem foram projetadas por Victor Dubugras, ainda no ano de 1914 e se localizavam em Santos, litoral do estado de São Paulo, e algumas na capital. Ricardo Severo, o grande defensor da linguagem, só vai projetar em estilo neocolonial em 1917, uma casa na Avenida Paulista

para o banqueiro Numa de Oliveira. Contudo, Lemos (1985) classifica Severo como um “engenheiro com ideias” (p. 156), que possivelmente mal soubesse desenhar, dependente de um arquiteto ou desenhista colaborador para interpretar suas intenções.

Assim, é estabelecido um sistema de projeto que não era necessariamente brasileiro, mas uma reestilização de temas próprios ao barroco lusitano (LEMOS, 1985). Mesmo que muitos defensores do sistema, como Mendes, Veríssimo e Bittar (2015) assumam seu caráter inovador, como uma linguagem consistente, por interpretar não apenas o léxico, mas também os fluxos, setorização espacial e volumetria de elementos tradicionais, Segawa (2018) alerta que isso não propõe uma ruptura estrutural com as tipologias arquitetônicas praticadas no período, mas sim a substituição de formas.

Ao avaliar a produção arquitetônica da cidade de São Paulo na virada dos séculos XIX e XX, Carlos Lemos (1985) verifica que entre os anos de 1910 e 1912 ocorre um grande surto de construções, derivadas da prosperidade alcançada devido à produção de café e industrialização vivenciada pelo estado. No entanto, entre os anos de 1914 e 1919 há uma paralisação no setor. A Primeira Guerra Mundial e a pandemia da Gripe Espanhola dificultaram a importação de materiais básicos para a construção civil, e o custo destes materiais se tornou proibitivo.

A partir da década seguinte, a sensação era a de necessidade de recuperar o tempo perdido, e neste momento de grande otimismo, reforçada pelos ideais ufanistas da época, a linguagem adotada foi o neocolonial (LEMOS, 1985). Em São Paulo, Washington Luiz, prefeito à época, financiou a construção de grandes obras, elaboradas por Dubugras no estilo neocolonial, o Largo da Memória e o conjunto de pousos no Caminho do Mar (KESSEL, 2002). Bruand (2018) avalia a obra deste arquiteto e afirma que não havia a mesma compreensão da arquitetura portuguesa, assim, as obras do conjunto da estrada para Santos utilizavam elementos emprestados da arquitetura sacra, mas não seguia um sistema decorativo fiel, utilizando-os de forma mais livre.

Em 1919 o movimento recebe um novo defensor, José Marianno Filho, diretor da Escola Nacional de Belas Artes, que efetivamente nomeia a linguagem como neocolonial. Figura controversa, pernambucano, residente do Rio de Janeiro, entende

a estética como uma nova forma de compreender o Brasil. Já no ano de 1922 dois eventos contribuíram para o reforço no sentimento de brasilidade, divulgação e aceitação do movimento neocolonial. Em São Paulo, no mês de fevereiro ocorreu a Semana de Arte Moderna, e no Rio de Janeiro, entre os meses de setembro de 1922 e julho do ano seguinte a Exposição do Centenário da Independência (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2015).

No caso da Semana de 22, a arquitetura possuiu um papel secundário, com apenas dois arquitetos expondo seus projetos. O primeiro deles, Antônio Garcia Moya, era de origem espanhola, vindo ainda criança ao Brasil. Estudou no Liceu de Artes e Ofícios, de São Paulo e na Escola de Belas-Artes, diplomando-se em 1933. Durante a Semana, ainda era um jovem iniciante, e apresentou propostas que se assemelhavam à exercícios volumétricos, bastante geometrizados. O segundo arquiteto é o polonês Georg Przyrembel, já em plena atividade, elaborava projetos na linguagem desde o ano de 1916. No evento apresentou desenhos e maquete do projeto denominado “Taperinha da Praia Grande”, que foi apresentado com destaque no foyer do Theatro Municipal (AMARAL, 2021).

Apesar da cidade de São Paulo ser o palco de nascimento do discurso neocolonial, havia dificuldades para o florescimento da linguagem, devido à falta de tradição colonial, tendo em vista que durante esse período São Paulo era uma vila singela, frente à outras localidades, e à presença de imigrantes europeus, que incorporavam as próprias tradições em sua arquitetura. Paralelamente, a cidade do Rio de Janeiro se configurava com um cenário muito mais favorável, devido à sua dinamicidade como Capital Federal, bem como à tradição construtiva barroca e colonial, ainda presente na paisagem, aliadas à militância de José Marianno Filho, que incentivava que diversos edifícios de caráter institucional adotem a expressão neocolonial (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2015).

A Exposição do Centenário da Independência foi o grande motor para que a linguagem obtivesse maior visibilidade, para além dos círculos intelectuais. O evento reuniu no trecho entre a Praça XV e a Avenida Rio Branco pavilhões de 26 países diferentes. O Brasil construiu 14 pavilhões, sendo que destes, 6 adotavam o estilo neocolonial (KESSEL, 2002). Destes, o único edifício remanescente é o Pavilhão das Grandes Indústrias, atual Museu Histórico Nacional, que se constituiu em uma reforma de um edifício efetivamente colonial, conduzida pelos arquitetos

Archimedes Memória e F. Couchet (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2015).

Maria Lúcia Bressan Pinheiro (2011), ao analisar as influências para o desenvolvimento da arquitetura neocolonial, aponta que a Semana de Arte Moderna de 1922 teve importância diminuta, enquanto a Exposição do Centenário exerceu um significado muito maior, especialmente porque o Rio de Janeiro era a grande cidade cosmopolita brasileira. A adoção pela linguagem neocolonial não ocorreu de forma livre, mas de forma obrigatória, já que o prefeito do Rio à época, Carlos Sampaio, havia definido a linguagem como obrigatória para os pavilhões dos estados brasileiros, provavelmente por ideia de Arquimedes Memória.

Bruand (2018) analisa os efeitos do evento, e aponta que a linguagem foi muito apreciada, especialmente pelos visitantes estrangeiros, pela característica exótica da arquitetura, o que reforça o entusiasmo dos arquitetos em adotar o modelo. Assim, ao longo dos anos de 1920 a linguagem atinge o seu apogeu, com os pavilhões das Exposições da Filadélfia, em 1925 e Sevilha em 1928, e, especialmente com a construção da Escola Normal do Rio de Janeiro, entre os anos de 1926 e 1930, com projeto dos arquitetos José Cortez e Ângelo Bruhns. Esse edifício é considerado a maior realização oficial, com inspiração nos claustros conventuais, e corpo central da fachada baseada em frontispícios de igrejas pernambucanas.

A expressão ocorre entre os anos de 1920 a 1950, sendo que sua última obra importante é a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, executada por Ricardo Severo em 1939. Ao longo das décadas de 1930 e 1940 a linguagem é diluída, tendo bastante aceitação na arquitetura residencial anônima (SEGAWA, 2018). Apesar das contradições envolvidas, associadas às variações que não garantem ao estilo um caráter verdadeiramente criativo, o movimento é considerado positivo, pois contribui para o aprofundamento do conhecimento da arquitetura colonial e sua conservação, transformando-se em um verdadeiro símbolo e uma tomada da consciência nacional (BRUAND, 2018).

Arquitetura neocolonial e o projeto do ambiente de ensino

Respondendo aos ideais de nacionalismo do período, José Marianno Filho inicia uma campanha para que os edifícios escolares fossem construídos seguindo os princípios neocoloniais. Na sua visão, a escola deveria expressar os sentimentos de civismo e a história do país por meio de sua arquitetura. Essa defesa coincide

com o período iniciado em 1926, quando Antônio Prado Jr assume a prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e nomeia o jornalista e professor Fernando de Azevedo para a recém-criada Diretoria de Instrução Pública, que promoveu uma série de mudanças no modelo de ensino vigente à época (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2015).

O discurso da Primeira República assimilava a educação como o elemento que efetivamente elevaria o país ao nível de Nação, sendo a chave para o exercício da cidadania. Os primeiros edifícios escolares construídos neste momento seguiam as tendências neoclássicas e ecléticas e eram verdadeiros “palacetes da instrução”, revelando a importância da educação como uma bandeira política. Essas escolas geralmente eram implantadas em frente a praças, seus projetos apresentavam evidente solidez, baseados em eixos de simetria, a fim de representar a ideia de estabilidade, credibilidade e monumentalidade (OLIVEIRA, 1991).

Durante os anos de 1920 diversos movimentos reformistas instigam ainda mais a transformação da sociedade, e a crença no poder da educação para transformar as condições do meio é fortalecida. Esse processo amplia a demanda da rede de ensino e justifica reformas no sistema. Assim, ao assumir a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, Azevedo faz um inventário da situação dos edifícios escolares da cidade, e encontra um aparelho deficitário, com escolas funcionando em imóveis residenciais adaptados, impróprios para a função, que atendiam de forma precária os parâmetros pedagógicos e de conforto ambiental estabelecidos para a época, sendo que dos 236 imóveis, apenas 29 eram construídos especificamente para abrigar escolas (OLIVEIRA, 1991).

Kowaltowski (2011) evidencia que neste momento, a influência do movimento Escola Nova já se fazia presente no sistema de ensino brasileiro, que confiava uma autonomia maior aos alunos, e demandava um edifício escolar mais flexível. Os antigos edifícios de caráter neoclássico ou eclético, com suas grandes escadarias, pés-direitos duplos, frontões e rica ornamentação baseada nas influências europeias refletiriam a importância da ordenação, disciplina, hierarquia e controle. Como o ensino era um projeto de modernização da sociedade, o edifício que representava esse ideal deveria ser condizente com o discurso político de então.

Com o objetivo de suprir a necessidade de edifícios escolares que atendessem aos

parâmetros e normas construtivas modernas, aos padrões de conforto físico-ambiental estabelecidos pelos novos modelos e tendências de ensino e a ideia de abraçar a cultura, Fernando de Azevedo empreende a construção de diversas escolas a partir de 1926. O projeto que funciona como símbolo da concretização dos princípios reformistas e demonstra a importância da arquitetura no processo de transformação é a Escola Normal do Distrito Federal, atual Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (figura 1). O projeto foi o resultado de um concurso de arquitetura, que teve influência direta de José Marianno Filho para estabelecer o modelo neocolonial como estética padrão adotada pelos concorrentes (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2015).



Figura 1. Fotografia da fachada principal da Escola Normal. Fonte: Rio Memórias, sem data.

Os arquitetos José Cortez e Ângelo Bruhns foram os ganhadores do concurso, que teve sua construção iniciada em 1928. Yves Bruand (2018) defende que esse edifício é a mais importante realização oficial do movimento, sendo uma inspiração muito forte para outros edifícios escolares do período. A escola possui inspiração nos claustros conventuais, com pátio delimitado por galerias e arcadas, e corpo central

da fachada inspirado em frontispícios de igrejas barrocas pernambucanas, o que garante a monumentalidade do edifício. Kowaltowski (2011) também reforça a importância dos projetos para escolas normais, que eram grandiosos, recebiam programas complexos e detinham grande importância na paisagem.

Essa característica é importante de se observar com mais atenção, pois, se a educação é o sistema que possibilitará a evolução da sociedade para uma situação mais confortável, avançada, o professor é um elemento chave nesse processo. Portanto, o projeto arquitetônico da escola de formação de professores deveria demonstrar a confiança neste profissional, e garantir que ele pudesse absorver em sua formação os melhores métodos pedagógicos vigentes, assim como os princípios de valorização das tradições nacionais, para que isso pudesse ser transmitido aos seus alunos em momento posterior, contribuindo para a distinção da cultura brasileira de outras culturas dominantes da época.

Após a construção da Escola Normal do Distrito Federal, Azevedo empreendeu a construção de diversas escolas de ensino básico, alinhadas à linguagem neocolonial. Essa decisão reflete a ideia de representação de modernização que o estilo assumia, mesmo que à época, houvesse várias tendências arquitetônicas paralelas. A figura de Washington Luís, último governante da Primeira República, também poderia ser representativa para essa escolha, tendo em vista que em seus momentos como prefeito e governador de São Paulo, demonstrou simpatia pela valorização do passado colonial, ao solicitar os projetos para o Largo da Memória e para o Caminho do Mar (OLIVEIRA, 1991).

Dois dos projetos mais representativos deste momento são referentes à escola Argentina, atual Sarmiento, e Uruguai (figura 2), ambas com projetos dos arquitetos Nereu Sampaio e Gabriel Fernandes. Apesar de não se estabelecerem como projetos padrão, possuem semelhanças e são considerados projetos bem resolvidos, que alinham os ideais escola-novistas, o processo tecnológico que permitia a adoção de materiais de construção industrializados, e a valorização das tradições estéticas nacionais (OLIVEIRA, 1991). Os edifícios são projetados para atender ao nível de ensino elementar, atualmente denominado fundamental 1. Em ambas, a característica formal da fachada é a presença de frontão curvo com volutas, acabados com pináculos, medalhões, painéis de azulejos, varanda com colunas torças, portas e janelas com sobrevergas em massa e telhados marcantes.



Figura 2. Fotografias das escolas Sarmiento e Uruguai. Fonte: Escolas da Primeira República, sem data.

Os conjuntos possuem projetos bem elaborados, mas com menor monumentalidade em relação à Escola Normal. O programa está dividido em três blocos, sendo que o primeiro recebe as funções de administração e atividades assistencialistas, o segundo recebe as salas de aula, que são circundadas por galerias de arcadas, conjuntos de sanitários e circulação vertical, e o terceiro as funções de serviço, alimentação e esporte. Cada um dos setores é separado por jardins, garantindo que o setor das salas de aula seja isolado, garantindo maior conforto acústico aos alunos. Uma das inovações dos projetos é a inserção de elevadores para a comunicação entre os diferentes pavimentos (OLIVEIRA, 1991).

Em contrapartida, outros projetos de escolas elaborados pelos mesmos arquitetos apresentam propostas diferentes, obedecendo ao modelo de plantas de colégios ou seminários jesuítas, com pátios internos circundados por galerias em arcadas. Oliveira (1991) esclarece que no caso da arquitetura religiosa, esse partido corresponde à ideia de hierarquia e disciplina, valorizados pelos ideais estabelecidos por Ignácio de Loyola e outras ordens religiosas, mas seriam contraditórios para a proposta pedagógica vigente, que valorizava a autonomia dos educandos. No entanto, mesmo com essas contradições, a estética neocolonial estabelecida nesses projetos se torna uma tradição construtiva no caso dos projetos escolares, tendo em vista que a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, era a grande vitrine da modernidade para os outros estados brasileiros.

Ao longo dos anos 1930 e 1940 a linguagem neocolonial passa a ser adotada em

diversos estabelecimentos escolares pelo Brasil, tanto públicos quanto privados, mesmo que não houvesse uma política pública que determinasse essa solução. Essa tendência pode estar relacionada com a ideia de que o movimento representava a modernidade, e que o processo de evolução tecnológica poderia ser a possibilidade de melhoria de bem-estar social. Paralelamente, esse momento de transformação poderia gerar a insegurança pela perda dos valores tradicionais, assim, a adoção de símbolos do passado representaria a confiança na alma brasileira.

Essa característica é observada tanto em edifícios urbanos quanto rurais, em todos os níveis de formação. Pode-se citar como exemplos o antigo Grupo Escolar Lysímaco Ferreira da Costa, em Curitiba, que atende ao ensino fundamental, e possui uma característica mais singela, a Escola Estadual Dom Pedro II, em Belo Horizonte, que possui um projeto mais rebuscado, com colunas torças, pátios com arcadas e acesso marcado por frontão caprichoso e portadas inspiradas pelo estabelecido no movimento do Barroco Mineiro. Hugo Segawa (2018) considera que a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo é a última grande obra do Neocolonial. Com projeto empreendido por Ricardo Severo no ano de 1939, o projeto detém grande importância para a intelectualidade e classe política da época, sendo capaz de traduzir simultaneamente os ideais de progresso e o amor pelas coisas do passado (AL ASSAL, 2009).

Durante o período do Estado Novo (1937 – 1945) houve a criação do Ministério de Educação e Saúde, e com ela uma nova proposta educacional, que visava unificar os conteúdos de uma forma nacional e direcionar as bases para a educação no Brasil. Um dos produtos desta política foi a criação de escolas de agricultura, que visavam profissionalizar o trabalho do homem do campo, visando atender as demandas de uma elite de produtores rurais (AL ASSAL, 2009, LIMA CARLOS, 2019). Muitas destas escolas funcionavam em regimes de internato, e o programa arquitetônico atendia, além das atividades escolares, serviços de saúde, ginásio para a prática esportiva e residências para os professores.

Podemos citar como produtos desta política as Escolas Práticas de Agricultura no estado de São Paulo e o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, em Seropédica, no Rio de Janeiro, atualmente campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Ambos os projetos adotam o discurso nacionalista como construção do projeto pedagógico, e principalmente como construção simbólica, tendo

em vista que a linguagem neocolonial se relacionava com as tradições das elites agrárias. Deste modo, a escolha estética reforçaria a manutenção do legado das práticas culturais deste grupo (LIMA CARLOS, 2019).

No caso paulista, essas escolas eram direcionadas para as camadas mais vulneráveis da população, então as propostas arquitetônicas visavam garantir aos alunos um nível de conforto superior ao que era oferecido nas residências familiares, com a intenção de que, a partir do conforto experimentado no ambiente de ensino, o indivíduo não se conformasse com a situação precária e buscasse a prosperidade financeira, a fim de manter o nível de qualidade de vida oferecida pela escola. Assim, a tipologia do edifício mudaria a mentalidade e os hábitos do aluno, e a escolha pelo neocolonial adequaria o gosto estético do trabalhador a uma estética adequada ao caráter nacional (AL ASSAL, 2009).

Não é possível afirmar que o projeto das escolas agrárias realmente foi capaz de embutir na população o gosto neocolonial, no entanto, a linguagem teve grande aceitação no gosto popular, especialmente na arquitetura residencial. Contudo, o desconhecimento da maioria dos arquitetos, engenheiros e projetistas sobre a diversidade de influências que compõem a arquitetura colonial, aliados aos desejos decorativos dos clientes, leva a concepção de projetos que refletem uma preocupação muito maior com a forma do que com a funcionalidade dos modelos, o que resulta em uma arquitetura artificial (BRUAND, 2018). Porém, muitos destes edifícios se constituem em importantes marcos urbanos, sendo projetados por arquitetos consagrados, como é o caso do Colégio Sant'Ana, em Ponta Grossa, sendo necessário um maior aprofundamento do estudo dessa linguagem.

Colégio Sant'Ana: a atuação de Georg Przyrembel em Ponta Grossa

A difusão do ensino na cidade de Ponta Grossa, no interior do Paraná, entre o século XIX e meados do século XX aconteceu acompanhando os regulamentos e reformas educacionais promovidas em nível federal e estadual. Durante o século XIX o acesso à educação era bastante restrito, com a contratação de professores e preceptores ocorrendo diretamente pelos fazendeiros da região para ensinar seus filhos. O primeiro edifício que pode ter sido utilizado para esse fim é a Capela Santa Bárbara, localizada na área rural da cidade, foi construída por padres jesuítas que

promoviam a educação em seus seminários (OLIVEIRA, 2002).

No ano de 1838, ocorre a primeira autorização para o funcionamento de escolas particulares no Paraná, sendo que os professores deveriam prestar o exame de licença na capital, São Paulo. Neste momento os professores geralmente eram do sexo masculino e leigos, nem sempre possuíam bom nível cultural. A primeira escola que recebe autorização para funcionar em Ponta Grossa é a da Professora Zulmira Maciel, no ano de 1866 (OLIVEIRA, 2002). A província, que havia sido emancipada no ano de 1853, sofria com a precariedade de todas as suas instituições, sobretudo a escolar. Neste ano, apenas 615 crianças estavam matriculadas em instituições de ensino, em um contexto em qual a população do estado atingia os 62.000 habitantes (DE CASTRO, 2018).

A regulamentação da época propunha um modelo de ensino denominado de “Ensino mútuo”, uma forma de ensino centrada no professor, com alunos em diferentes níveis de desenvolvimento, auxiliados por um monitor, que geralmente era um aluno mais avançado. Para esse modelo de ensino, a legislação apontava que o edifício escolar deveria ser concebido com um grande salão, com bancos enfileirados e um tablado para o professor. À época, não havia escolas suficientes para as crianças, aquelas que estavam matriculadas mal frequentavam a escola e os professores eram mal remunerados e precariamente formados. Contudo, é apenas após a visita do Imperador Dom Pedro II, em 1880, que o estado inicia a formular políticas públicas para a construção de escolas (DE CASTRO, 2018).

A partir desta data até o ano de 1928 é autorizado no município o funcionamento de mais trinta e cinco escolas, sendo que dessas, sete tinham caráter religioso, funcionando em conjunto com conventos e seminários ou dentro das igrejas. No caso das escolas associadas à membros da igreja católica, bem como aos evangélicos presbiterianos e luteranos, o foco estava na educação dos filhos dos imigrantes alemães e poloneses. Já no caso da escola espírita, o enfoque era mais assistencialista. Outras quatro dessas escolas eram públicas, mantidas pelo estado, e são a base para a educação pública na cidade. Essas instituições existem até o presente momento, com bastante prestígio na sociedade (OLIVEIRA, 2002).

Apesar da dificuldade em precisar a localização exata destas escolas atualmente, a indicação com os nomes das ruas aponta que elas possuíam localização urbana,

no perímetro contido pela atual Praça Roosevelt, ao sul, ruas Professora Judith Silveira à leste, Francisco Búrzio ao norte e Visconde de Nácar à oeste, praticamente correspondendo ao perímetro da região central da cidade (figura 3). A exceção desta determinação é a Escola Alemã que funcionava nas proximidades das oficinas ferroviárias, no atual bairro de Oficinas. Muitas instituições funcionavam junto à casa dos professores, em salas ou construções no fundo dos terrenos (OLIVEIRA, 2002).

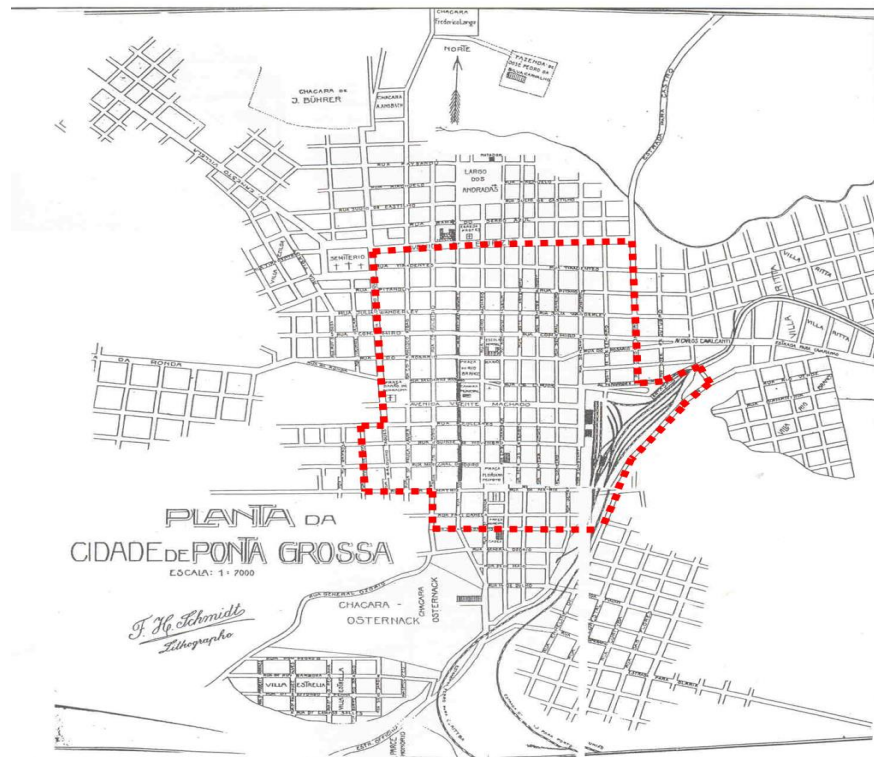


Figura 3. Planta de Ponta Grossa em 1920, com a demarcação do perímetro de localização das escolas pontagrossenses até o ano de 1928. Fonte: Casa da Memória, 2023. Adaptada pela autora.

Ponta Grossa tem sua formação ligada ao tropeirismo, tendo os primeiros relatos de sua ocupação ocorrendo ainda no século XVIII. No século seguinte sua economia era baseada na pecuária e na exportação de erva-mate, reforçando a prevalência de uma vida rural. No entanto, a virada do século XIX para o século XX trouxe uma grande transformação, a cidade que até então tinha um ritmo campesino e pacato passa a vivenciar os símbolos da modernidade, promovidos pela instalação da primeira linha ferroviária em 1894, interligando o interior com a capital, a industrialização promovida principalmente pelas indústrias madeireiras e olarias e a imigração, especialmente de russos-alemães do Volga (KNEBEL, 2001).

O discurso jornalístico local de então reforçava a ideia de progresso material permanente e contínuo, estabelecido pelo trabalho do poder público e da comunidade. Os elementos de modernidade reforçados nesse discurso eram a eletricidade, os sistemas de telefonia, ruas calçadas, circulação de automóveis, cinemas, casas comerciais, indústrias e claro, os trens (CHAVES, 2001). Estima-se que no ano de 1913 a população de Ponta Grossa fosse de aproximadamente 16.000 habitantes, com cerca de 75% destes vivendo na área urbana, em um conjunto de 1500 casas (KNEBEL, 2001).

As crônicas demonstravam uma cidade com uma dinâmica cultural bastante variada. Circulavam dois jornais e duas revistas, havia 14 clubes recreativos, inicialmente fundados por imigrantes e posteriormente por herdeiros dos primeiros desbravadores, um teatro e três cinemas. Além disso, a cidade frequentemente recebia trupes circenses, as praças do município haviam sido recentemente urbanizadas, e oportunizavam os passeios de domingo, inclusive com apresentações das bandas musicais da cidade. Bailes e festejos de carnaval ocorriam nos clubes e na Rua XV de Novembro, no *Jockey* eram praticadas corridas de cavalos e nas periferias ocorriam disputadas partidas de *football*, esporte difundido pelos técnicos ingleses da linha férrea (KNEBEL, 2001).

Neste contexto, durante o ano de 1903, é fundada a Escola Paroquial da Congregação do Verbo Divino, instituição fundamental para a história da educação em Ponta Grossa. Inicialmente a instituição ocupava um imóvel localizado à rua Engenheiro Schamber, possivelmente próximo à Igreja Matriz. Posteriormente, em 1905, as irmãs da Congregação das Servas do Espírito Santo chegam na cidade, e se associam aos padres da Congregação do Verbo Divino nas atividades religiosas,

obras assistenciais e atividades de ensino (COMPAC, 2016).

Nesta data a escola já atendia 30 alunos e tinha caráter misto, atendendo meninos e meninas. Com a chegada das freiras, a escola passa a ocupar um imóvel alugado na rua Coronel Cláudio (figura 4). Posteriormente, em data incerta, a escola ocupa outro edifício nos arredores do então Largo do Rosário, atualmente denominado Praça Barão do Rio Branco. Em ambos os casos os edifícios eram existentes, construídos para outras funções e precariamente adaptados para as atividades escolares (CHORNOBAI, 2005).



Figura 4. Alunos e professores em frente à sede do Colégio Sant'Ana, localizado à Rua Coronel Cláudio. Fonte: Autoria desconhecida, reprodução de OLIVEIRA, 2002.

Em 1906 há a divisão entre escola masculina e feminina, sendo que a primeira passa a se denominar Escola São Luiz, comandada pelos padres do Verbo Divino, e a segunda se torna Escola Sant'Ana, dirigida pelas irmãs Servas do Espírito Santo. Nesta época, a Escola Sant'Ana já atendia 140 alunas. Assim, a congregação compra dois terrenos, e passa a empreender a construção de suas sedes

próprias. Alguns documentos apontam que em 1906 a nova sede da Escola Sant'Ana passa a ser construída em terreno próximo ao Largo do Rosário, enquanto outros afirmam que os terrenos só foram comprados em 1908 (OLIVEIRA, 2002).

Efetivamente, a nova sede da Escola Sant'Ana (figura 5) foi inaugurada no dia primeiro de abril no ano de 1910. A construção teve projeto elaborado pelos padres Beckert e Angelus, da congregação do Verbo Divino, e a execução da obra comandada por Gustavo Prochno, construtor local. A construção é bastante sólida, e a linguagem segue a tendência eclética vigente à época, com rustificados nas paredes frontais, marcação de pilastras, cimalha e platibanda ornamentada. No centro da composição, dando acabamento para a porta principal, há um frontão triangular, de inclinação bastante acentuada, onde há um nicho com a imagem de Nossa Senhora da Candelária (OLIVEIRA, 2002).



Figura 5. Foto do Colégio Sant'Ana em 1936. Fonte: E. WEISS, Álbum de Ponta Grossa, 1936.

No ano de 1917 é inaugurada a Escola São Luiz, na rua 18 de Abril, atualmente denominada Julia Wanderley. O projeto é datado de 1915, porém, devido à má conservação da prancha de projeto, não é possível identificar a autoria (figura 6). A linguagem arquitetônica adotada é semelhante à da Escola Sant'Ana, porém as

fotografias da edificação demonstram que houve alteração do projeto durante a execução. A falta de elementos de identificação não permite a plena compreensão do programa do edifício, mas sabe-se que nele funcionou além das salas de aula, as celas utilizadas pelos padres do seminário (CASA DA MEMÓRIA PARANÁ, 2022).

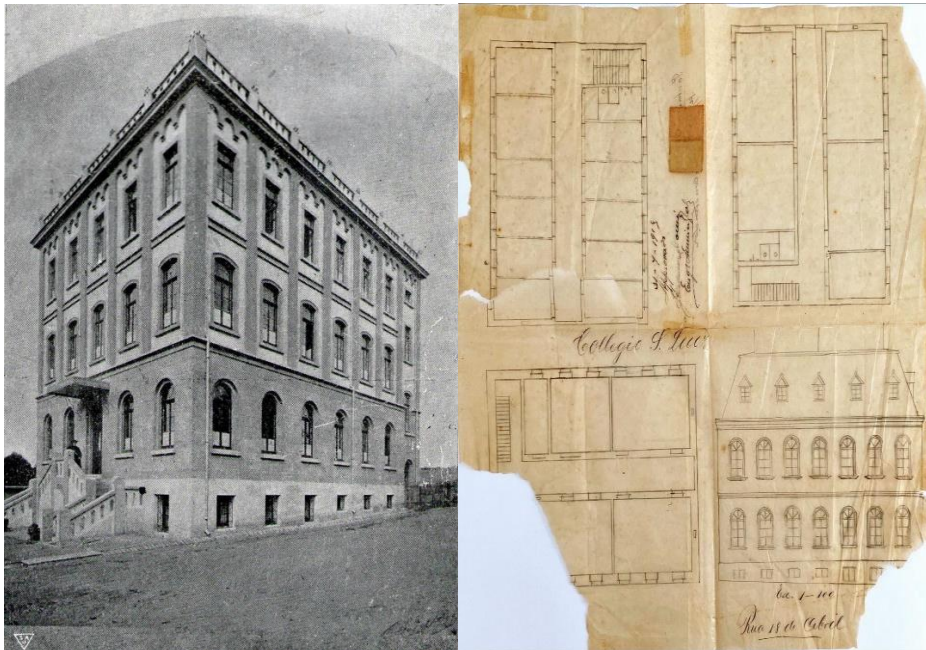


Figura 6. Fotografia e prancha de projeto da Escola São Luiz. Fonte: E. WEISS, Álbum do Paraná, 1920; Casa da Memória, 2022.

A partir desta data os dois edifícios passam a funcionar plenamente, aumentando suas turmas, recebendo alunos internos, ampliando seu regime de ensino. No ano de 1947, após a liberação para que a Escola Sant'Ana pudesse abrir turmas do Curso Normal, houve um aumento no número de matrículas e o acerto entre a congregação da troca de sedes entre as instituições. No ano seguinte é contratado um projeto de reforma e ampliação do edifício de 1917 (CHORNOBAI, 2005). O arquiteto contratado para essa obra é o polonês naturalizado brasileiro Georg

Przyrembel, que havia tido bastante destaque com seus projetos expostos na Semana de Arte Moderna de 22.

Neste momento, Ponta Grossa passa a vivenciar uma estagnação econômica, frente à prosperidade vivenciada anteriormente. O motivo para essa situação se relaciona com a ocupação das cidades novas do norte do Paraná, especialmente Londrina e Maringá, que passavam a ter uma economia mais vibrante (MONASTIRSKY, 2001). A atividade que sustentava a economia local era a extração e transformação de madeira, essencialmente da Araucária. Larocca Júnior (2002) define esse modelo econômico como “colonial”, pois fornecia produtos primários à mercados externos. No caso da extração de pinho, a produção era destinada aos mercados da Argentina e da Inglaterra, sempre em estado bruto.

Apesar desta condição, a paisagem local vivenciava uma nova modernização, enquanto os bairros se expandiam com a construção de novos loteamentos, o centro se verticalizava, com a construção dos primeiros edifícios habitacionais em pavimentos, como os edifícios Ópera e Santana, ambos localizados na Rua XV de Novembro, principal eixo de decisões e lazer da cidade. As residências também se modificavam, a linguagem eclética da arquitetura dava lugar a estilos modernos e modernizados. Em muitos casos, os projetos eram elaborados por arquitetos e engenheiros de fora da cidade, acostumados a trabalhar em cenários diferentes, como o caso de Curitiba, capital do estado, e, em alguns casos, profissionais paulistas eram chamados para comandar as obras (MIGLIORINI, 2008).

Esse é o caso do projeto de ampliação do Colégio Santana, cujo arquiteto responsável é o polonês Georg Przyrembel. São raras as informações disponíveis sobre esse profissional, que foi um dos arquitetos que expôs projetos neocoloniais na Semana de Arte Moderna de 22. De acordo com Amaral (2021), Georg nasceu no ano de 1885, na Alta Silésia, estudou arquitetura na Alemanha, e imigra ao Brasil entre os anos de 1912 e 1913. Em 1916 trabalha na reconstrução do Mosteiro de São Bento e, como muitos arquitetos da época, vai à Minas Gerais para estudar a linguagem do Barroco Mineiro, tornando sua arquitetura uma expressão de um estilo colonial afrancesado.

Já nos anos de 1916 executa projetos de residências particulares na linguagem neocolonial, como as casas dos senhores Odon Cardoso, localizada em São Paulo e

Heládio Capote Valente, na Praia Grande. A partir desta data, intercala projetos neocoloniais com projetos neogóticos, já que suas relações o fizeram ser reconhecido como um arquiteto de igrejas, e essa condição faz com que haja pressão para a adoção do estilo neogótico. Dentre seus projetos neocoloniais destacam-se a Tapirinha da Praia Grande, projeto para uma residência de veraneio, executado para a família do arquiteto e apresentado na Semana de 22, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, localizada em São Paulo e projetada em 1928 e a Estação Ferroviária de Santos, projetada em 1922, mas não executada (AMARAL, 2021).

Sua relação com as instituições religiosas o leva a elaborar projetos de igrejas, colégios e seminários nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. São exemplos desses projetos os edifícios do Colégio Assumpção em São Paulo, de 1932, do Colégio Stella Maris, em Santos, de 1938, do Colégio Franciscano Nossa Senhora Aparecida, em Moema, do ano de 1947, e do Juvenato da Congregação do Verbo Divino, em Araraquara, projetado entre os anos de 1947 e 1948 (SEEGERER, 2023). Essa última instituição é a congregação mantenedora dos Colégios Sant'Ana e São Luiz, em Ponta Grossa, e assume-se que é essa relação que traz o arquiteto para trabalhar neste projeto.

O edifício se localiza na região central da cidade e ocupa a quadra conformada pelas ruas Senador Pinheiro Machado, onde é inserido o acesso principal, Theodoro Rosas, Coronel Bittencourt e Júlia Wanderley, antigamente denominada 18 de Abril, na qual se localizava o acesso principal do bloco inaugurado em 1917. A solução adotada por Przyrembel incorporou o edifício antigo ao novo projeto, e dispôs o programa em 4 níveis, divididos em térreo, primeiro pavimento, sótão e porão - alto. A volumetria é equilibrada, com o acesso principal centralizado, demarcado por colunas toscanas e um frontão arqueado, com pináculos, janelas estreitas e alongadas e um óculo no centro do frontão, na qual repousa uma imagem de Sant'Ana Mestra (figura 7).

A fachada se divide em 3 alas, sendo a ala central composta pelo bloco de acesso e circulação vertical, capela, sala de visitas, portaria, sala dos professores e dormitórios das internas. A ala esquerda é composta pelo volume das salas de aula e celas das religiosas. A ala direita, em projeto, é composta em uma versão por uma igreja, e em outra por um salão nobre. Esse volume não foi construído durante os anos de 1940, sendo executado posteriormente, utilizando técnicas construtivas e

linguagem arquitetônica contemporânea. Na elevação produzida pelo arquiteto, é possível visualizar a proposta de acabamentos, com rusticado ao redor do porão - alto e da porta principal, o que também não foi concretizado.

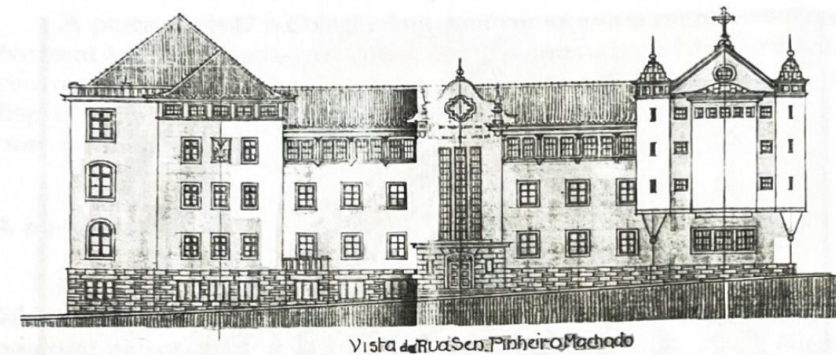


Figura 7. Fachada produzida por Georg Przyrembel para o Colégio Sant'Ana em 1942. Fonte: CHORNOBAI, 2005.

Apesar da caracterização da linguagem neocolonial como expressão arquitetônica já ser considerada superada na época, inclusive em uma cidade provinciana, onde a arquitetura modernista começava a se anunciar (MIGLIORINI, 2008), a volumetria e a fachada elaboradas pelo arquiteto reproduzem os valores que uma escola católica, exclusiva para as meninas, deveria atender. A concepção é sóbria, evidencia o corpo da igreja na lateral direita, enquanto o bloco de acesso tem clara inspiração em frontões de igrejas barrocas. Ao mesmo tempo em que se utiliza uma expressão arquitetônica “modernizada”, que reflete que a educação praticada ali buscava atender aos princípios científicos e educacionais da época, também se ilustra que as meninas que estudavam ali deveriam ser boas cristãs, recatadas e futuras boas esposas.

A planta do pavimento térreo (figura 8) evidencia o partido adotado pelo arquiteto, ao conceber o edifício em formato de “U”, que isola o pátio da escola do contato com a rua. Por meio desta peça gráfica também é possível compreender que o arquiteto incorporou o bloco antigo, assinalado em vermelho, com a nova

construção, mantendo seu novo elemento em destaque, já que este é posicionado avançado em relação ao anterior. São distribuídos nesse pavimento 4 salas de aula, 2 quartos, 1 instalação sanitária e um lavabo, laboratório de física e química, portaria, sala dos professores, 3 salas de visita, salão nobre e capela das alunas. O posicionamento deste último, bem em frente à escadaria de acesso reforça a importância da religiosidade na vida das alunas.

supervisão, sala dos professores, inspeção e espaços voltados para a saúde, como farmácia e gabinete médico, que usualmente faziam parte do conjunto de atividades de um edifício escolar.

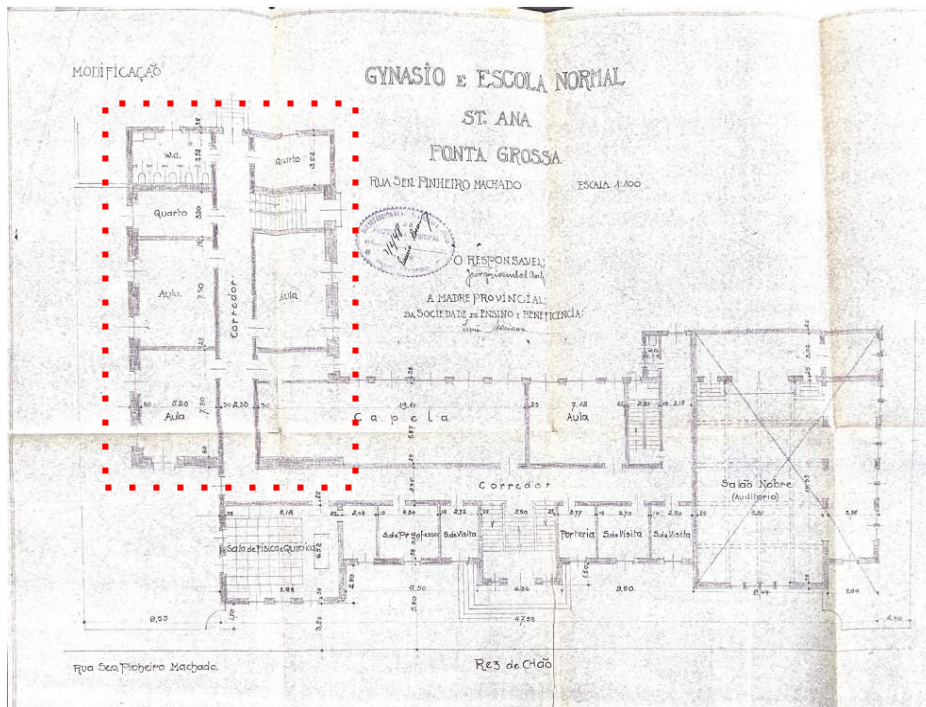


Figura 8. Planta do pavimento térreo. Fonte: Casa da Memória, 2022

Outro ponto a ser destacado é a ausência de espaços de encontro e permanência no edifício, que reflete o ideal de disciplina defendido pelas ordens religiosas. Essa questão também pode ser evidenciada na planta do primeiro pavimento (figura 9), o programa distribui neste piso outras 4 salas de aula, 3 dormitórios, 1 sala de desenho, biblioteca, e outros ambientes administrativos, como secretaria, sala de

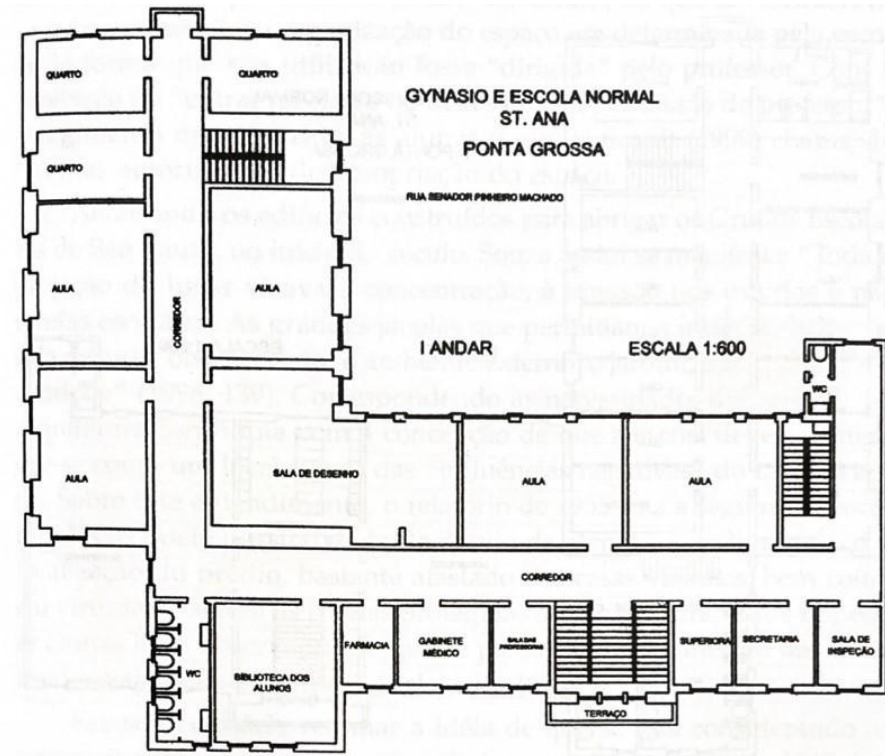


Figura 9. Planta do primeiro pavimento. Fonte: CHORNOBAI, 2005.

O projeto elaborado pelo arquiteto apresentava no segundo pavimento uma solução de programa completa para a instalação do convento e internato. Como à época a rede de ensino na região, tanto pública quanto privada, não atendia a demanda dos estudantes, era comum que muitas escolas, principalmente as católicas, oferecessem o serviço de internato para aqueles alunos que tivessem o interesse em seguir pela vida religiosa ou não. Desta forma, o projeto deste piso era dividido em dois

setores diferentes, o primeiro recebia os ambientes do internato, e o segundo os espaços do convento.

O internato ocupava o edifício antigo, era dividido em dois grandes dormitórios coletivos, possuía um dormitório individual para a cuidadora que acompanhava as meninas, e era servido por duas grandes instalações sanitárias. O setor destinado ao convento também era dividido entre dormitório coletivo e clausuras, onde se encontravam as celas das freiras. A área do dormitório coletivo possuía três grandes quartos, destinados para as freiras noviças, a clausura era composta por nove dormitórios. Junto à clausura foi proposta uma igreja, destinada para as religiosas, sobreposta ao salão nobre (figura 10).

triangular com óculo. A opção em manter esses elementos evidentes na edificação reforça os valores educacionais da instituição, fato que Escolano (2001) aponta como uma função curricular oculta no processo de aprendizagem. Assim, se o projeto arquitetônico da escola destaca símbolos de religiosidade, logo se entende que as alunas que frequentam o espaço devem manifestar a fé católica.

Contudo, por fatores desconhecidos, o projeto não foi completamente executado, e Georg Przyrembel altera o projeto do segundo pavimento, incorporando o antigo claustro do edifício de 1917 para a mesma função, e elaborando dois grandes dormitórios para as internas na ala nova (figura 11). Desta forma, os dormitórios são servidos por instalações sanitárias e lavatórios, e o claustro é formado por onze celas, destinadas às religiosas, um dormitório, instalações sanitárias e depósito. O resultado final é um edifício com planta em formato "L", que ainda cria uma barreira entre o espaço público e o privado, e que ainda se impõe na paisagem, mas com menos destaque para os símbolos cristãos.

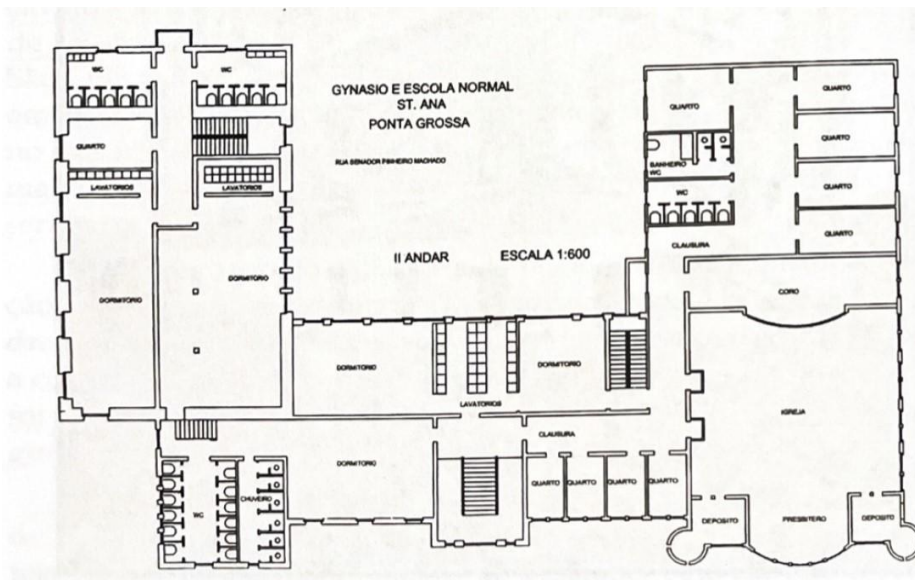


Figura 10. Planta não executada do segundo piso. Fonte: CHORNOBAI, 2005

Volumetricamente, a igreja é o elemento que mais se destaca na composição, posicionada na extremidade direita, possui pé direito duplo, duas torres de base circular, com telhado em cúpula, absíde que revela a localização do altar-mor e frontão

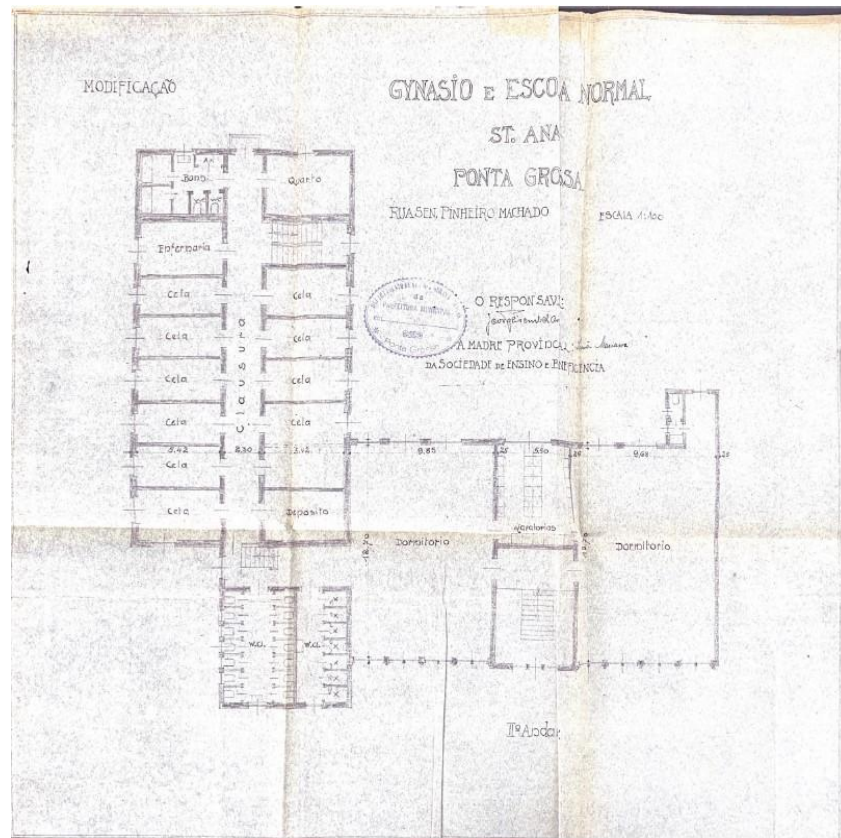


Figura 11. Planta executada do segundo pavimento. Fonte: Casa da Memória, 2022.

A partir da análise de fotografias históricas disponibilizadas nos álbuns da cidade (figura 12), podemos identificar tanto a imponência da edificação, que se insere no espaço urbano de forma marcante, quanto a evolução do espaço delimitado para o salão nobre e a igreja. Nas fotografias de 1963 e 1976 vemos que inicialmente o local era ocupado por uma pequena edificação térrea com telhados aparentes, e que no decorrer dos anos foi substituída por um volume sólido e puro, de caráter moderno, com aberturas em fita. Essa última intervenção mencionada se mantém sem alterações até o período contemporâneo, não sendo um obstáculo para a identificação do caráter histórico do edifício.



Figura 12. Evolução do Colégio Santana entre 1963 e 1976. Fonte: PONTA GROSSA, 1963; PONTA GROSSA, 1976.

A expressão neocolonial nesse projeto é bastante diluída, possivelmente pela época em que o projeto foi executado. Os maiores referenciais desta expressão se encontram no bloco central do edifício, que comporta o acesso principal e as escadarias. A inspiração religiosa do frontão associa a base de concepção dos projetos neocoloniais com a necessidade de demarcar que esse edifício possui inspiração religiosa. A linguagem histórica também é expressa pela fenestração do edifício e pelas colunas que intercalam as janelas no piso superior. Também é interessante notar que mesmo que na época novas metodologias em educação fossem adotadas, que necessitavam de espaços diferenciados, a proposta arquitetônica continuava bastante convencional, inspirada na arquitetura das escolas republicanas, evidenciando os ideais de hierarquia e disciplina, próprias à uma escola católica.

Conclusão

A arquitetura neocolonial surge no Brasil com um ideal de inovação, buscando representar imagetivamente os preceitos nacionalistas em voga no momento. Desta forma, a adoção da linguagem decorativa proveniente do período colonial, especialmente dos elementos sacros e de expressão barroca visavam a valorização de um momento histórico identificado pelos intelectuais do momento como o período áureo das expressões artísticas brasileiras. Neste sentido, a modernização proposta estava na recusa da influência da arquitetura historicista europeia, e na busca

pela construção de uma expressão que fosse legitimamente nacional.

No entanto, esse modelo ainda seguia uma proposta conservadora, tendo em vista que o modelo de projeto seguia a base eclética, já que o alterado era a ornamentação dos volumes, e não a técnica construtiva ou organização da planta. Desta forma, o modelo era considerado adequado para projetos de arquitetura escolar, que buscavam demonstrar a ideia de um estado moderno, que entendia que os investimentos em educação seriam uma das soluções para o atraso no desenvolvimento do país, ao mesmo tempo que considerava que a tradição e a disciplina eram elementos complementares nesse processo.

A expressão neocolonial foi bastante aceita nas cidades brasileiras, tanto na arquitetura erudita quanto na arquitetura popular, sendo que no segundo caso, ocorre uma diluição da linguagem, que não apresenta tantos elementos ornamentais. Concomitantemente, com a evolução das expressões modernistas a arquitetura neocolonial progressivamente é substituída, enquanto os elementos vão sendo simplificados. Isso é evidenciado no projeto do Colégio Sant'Ana, em Ponta Grossa, elaborado pelo arquiteto Georg Przyrembel. A edificação foi executada no fim da década de 1940, momento em que o neocolonial já dava espaço para outras tendências.

Assim, conseguimos identificar no projeto poucos elementos ornamentais, e concentrados no bloco central da edificação, com frontão arqueado marcando o bloco, com um oratório em formato de roseta, pináculos, vitrais e colunas marcando o acesso. Mesmo com a necessidade de incorporar um edifício antigo ao novo projeto, o equilíbrio na volumetria é alcançado com a proposta de um bloco que conteria uma igreja, destinada às religiosas, e um salão de eventos para as alunas. Esse seria o volume com a maior quantidade de elementos ornamentais relacionados ao movimento neocolonial, no entanto, por razões desconhecidas essa ala foi finalizada décadas depois das primeiras, e com linguagem arquitetônica racionalizada.

Essa pesquisa ainda pode contribuir com o estudo acerca das obras produzidas por Georg Przyrembel, bastante reconhecido por seus projetos divulgados durante a Semana de Arte Moderna de 1922, mas com informações escassas sobre seus projetos posteriores. A análise do projeto demonstra que o arquiteto atendia uma linguagem associada à ideia de modernização, mas de forma conservadora, possivelmente por ter instituições religiosas como clientes. Ainda que a linguagem

pudesse ser considerada ultrapassada para a época, no contexto de uma cidade interiorana, como Ponta Grossa era à época, o projeto empreendido por Przyrembel obteve bastante destaque, especialmente por sua monumentalidade em relação ao contexto urbano em que estava inserido.

Atualmente, o edifício mantém grande parte de suas características originais íntegras, devido ao tombamento empreendido no ano de 2016. Na sua fachada ainda são presentes os ornamentos, mas o rusticado presente do desenho de Przyrembel não existe, não foi possível identificar se ele foi executado. Algumas das esquadrias originais em madeira, foram substituídas por esquadrias de alumínio, mas com volumetrias discretas, além da inclusão de grades de ferro, visando a segurança patrimonial.

Referências

AL ASSAL, Marianna Ramos Boghosian. **Arquitetura, identidade nacional e projetos políticos na ditadura varguista: as escolas práticas de agricultura do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 288 f. 2009.

AMARAL, Aracy. **Artes plásticas na Semana de 22**. São Paulo: Editora 34, 2021.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2018.

CASA DA MEMÓRIA PARANÁ. **Projeto arquitetônico do Colégio São Luiz**. Acervo de Projetos Arquitetônicos. Consulta em 03 de dezembro de 2022.

CASA DA MEMÓRIA PARANÁ. **Planta de Ponta Grossa em 1920**. Acervo de Projetos Arquitetônicos. Consulta em 03 de maio de 2023.

CHAVES, Niltonci Batista. A “cidade civilizada”: cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. *In*: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; SÄHR, Cicilian Luiza Löwen. **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001. P. 309 – 325.

CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. “Respirando a fragrância da piedade cristã”: considerações sobre o espaço escolar católico: a Escola Normal de Sant'Ana (1947-1960). *In*: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **História da educação, arquitetura e**

espaço escolar. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

COMPAC. **Processo de tombamento do Colégio Sant'Ana.** Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. Ponta Grossa, 2016.

CASTRO, Elizabeth Amorim. **A Arquitetura das escolas públicas do Paraná: 1853 – 1955.** Curitiba: Edição do Autor, 2018.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa: Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como Programa.** 2 ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2001.

ESCOLAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA. **Escola Sarmiento.** Rio de Janeiro, [s. d]. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_1a_republica/3_dec/sarmiento.htm. Acesso em: 19 set. 2024.

ESCOLAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA. **Escola Uruguai.** Rio de Janeiro, [s. d]. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_1a_republica/3_dec/uruguai.htm. Acesso em: 19 set. 2024.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo: Nova Série nº 1, 1993. p. 131-143.

Rio Memórias. **Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ).** Rio de Janeiro, [s. d]. Disponível em <https://riomemorias.com.br/memoria/instituto-superior-de-educacao-do-rio-de-janeiro-iserj/>. Acesso em: 19 set. 2024.

KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na semana de arte moderna de 1922. In: **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, nº 30, 2002. P.110-128.

KNEBEL, Rosemeri Leane. Belle époque pontagrossense: imigração, ferrovia, sétima arte e música. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; SÄHR, Cicilian Luiza Löwen. **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001, p. 309-325.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. **Arquitetura Escolar: o projeto do ambiente de ensino.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LARocca JÚNIOR. **Desenvolvimento industrial em Ponta Grossa (PR): avaliação e perspectivas.** Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de

Economia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 174 f. 2002.

LEMOS, Carlos. **Alvenaria Burguesa.** São Paulo: Editora Nobel, 1985.

LEMOS, Carlos. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel Edusp, 1987. p. 68-103.

LIMA CARLOS, Claudio Antônio S. Quando o moderno era neocolonial: a participação de Eugênio de Proença Sigaud na construção do campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, 15., 2019, Salvador, Anais [...]. Salvador: Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração, 2019. v. 1. p. 1622-1635.

MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Chico; BITTAR, Willian. **Arquitetura no Brasil: de Deodoro a Figueiredo.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio: 2015.

MIGLIORINI, Jeanine Mafrá. **Pilotis e Pans de Verres sob a ótica bourdiana: um estudo sobre a arquitetura modernista no espaço urbano de Ponta Grossa, Pr.** Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2008. 180 p.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; LÖWEN SAHR; Cicilian Luiza. **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **A Modernidade Oficial: A arquitetura das escolas públicas do Distrito Federal (1928 – 1940).** Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 375 f. 1991.

OLIVEIRA, Joselfredo Cercal de. **Educadores pontagrossenses: 1850-1950.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002.

SEEGERER, Christian Michael. **Entrevista concedida em meio digital.** Ponta Grossa, 2023.

PEIXOTO, João Paulo Campos. **Arquitetura neocolonial: debates historiográficos no Brasil (1970-2020).** Dissertação. (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. 164 f. 2022.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no Debate Cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: EdUsp, FA-PESP, 2011.

PONTA GROSSA. **Álbum de Ponta Grossa 1963**. Ponta Grossa, 1963.

PONTA GROSSA. **Álbum de Ponta Grossa 1976**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 1976.